A INTERSECÇÃO ENTRE AGROECOLOGIA E ECOTURISMO: PARQUES URBANOS COMO VETORES DE SENSIBILIZAÇÃO ECOLÓGICA.

The intersection between ecotourism and agroecology: urban parks as catalyst for ecological awareness

RESUMO: Apesar de as conceituações sobre ecoturismo ainda estarem em desenvolvimento, sua contribuição para a promoção da sensibilização ecológica já é amplamente reconhecida. Contudo, são escassos os estudos que aprofundam a intersecção entre ecoturismo e agroecologia enquanto práticas conservacionistas voltadas à transformação gradual do paradigma socioambiental vigente. Este artigo propõe uma reflexão sobre a convergência entre ecoturismo e agroecologia, com foco nos princípios que os interligam. Argumenta-se que, sob uma perspectiva ecoturística, esse segmento pode atuar de forma sinérgica com a agroecologia na promoção da educação ambiental. Com um estudo de caso triangulado, analisa-se o Parque Madureira (Rio de Janeiro – RJ), espaço urbano sustentável, criado a partir da RIO+20, que abarca a promessa da maior horta urbana do mundo. A partir desse exemplo, discute-se como a visitação em parques urbanos contribui para o acesso democrático a práticas ecológicas e o desenvolvimento socioeconômico.

PALAVRAS CHAVE: turismo ecológico, agroecossistemas, ecologia social, inclusão, sustentabilidade urbana

ABSTRACT: Although the conceptualizations of ecotourism are still evolving, its contribution to promoting ecological awareness is already widely recognized. However, there is a scarcity of studies that delve into the intersection between ecotourism and agroecology as conservationist practices aimed at gradually transforming the current socio-environmental paradigm. This article proposes a reflection on the convergence between ecotourism and agroecology, with a focus on the principles that connect them. It is argued that, from an ecotourism perspective, this segment can act synergistically with agroecology in promoting environmental education. Through a triangulated case study, Parque Madureira (Rio de Janeiro – RJ) is analyzed as a sustainable urban space created following RIO+20 that encompasses the promise of hosting the world's largest urban garden. From this example, the article discusses how visitation to urban parks contributes to democratic access to ecological practices and to socioeconomic development.

KEYWORDS: ecotourism, agroecosystems, social ecology, inclusion, urban sustainabilitypedagogical tourism; urban sustainability.

Introdução

O mundo contemporâneo é marcado por significativos impactos ambientais, resultados de ações antrópicas majoritariamente mal planejadas. Dentre as diversas problemáticas resultantes dessas ações humanas, destacam-se as mudanças climáticas, o desmatamento, a poluição, a perda da biodiversidade, a desertificação, a crescente produção de resíduos e o esgotamento de recursos naturais (CIDIN; SILVA, 2004). Embora não seja possível determinar com exatidão o ponto de origem e a raiz central de todas essas problemáticas, estudos indicam que a intensificação da exploração do mundo natural ocorreu, sobretudo, a partir da Revolução Industrial (WATANABE, 2011). Uma mudança na mentalidade da sociedade ocidental impulsionou uma nova modalidade econômica, que estabeleceu um paradigma dominante e aprofundou a separação entre o mundo humano e o natural — tendência já perceptível desde a Antiguidade (PELLICCIONE, 2004; DIEGUES, 2008; WATANABE, 2011).

Diversos autores, como Capra (2012), Morin (2015), Leff (2002) e Watanabe (2011), destacam que essa cisão se deve, em grande parte, à abordagem reducionista das formas de produção do conhecimento científico no mundo ocidental, que tratava a natureza como mero objeto à disposição da humanidade (GRÜN, 2005). Essa tradição cartesiana não apenas alterou a relação entre os seres humanos e o meio natural, mas também dificultou a percepção do holismo entre os campos de estudo e da complexidade intrínseca à ecosfera (MORIN, 2007).

Neste cenário, a educação ambiental surge como uma estratégia fundamental para a transformação do paradigma vigente (WATANABE, 2011). Se um paradigma social nocivo foi construído por meio de uma educação reducionista, é plausível considerar que um novo paradigma mais sustentável possa ser promovido por meio de uma educação integrativa, baseada no holismo (DIAS, 1992; PÁDUA, 2001; LAYRARGUES, 2002; GRÜN, 2005; SATO, 2005; BOOKCHIN, 2006).

Entre os fenômenos que contribuem para a difusão da educação ambiental e da sensibilização ecológica, destaca-se o ecoturismo, frequentemente apontado como um fator-chave para o desenvolvimento sustentável (RISI, 2013). O ecoturismo, além de impulsionar a economia local, promove a inclusão social e a conscientização ambiental através de práticas interdisciplinares (PELLEGRINI FILHO, 2000; NEIMAN, 2002). Paralelamente, a agroecologia também se consolida como um campo interdisciplinar que propõe o desenvolvimento sustentável ao integrar educação ambiental, crescimento econômico e inclusão social (ALTIERI, 1998; CLAWSON, 1985; ROSSET et. al., 2021).

Embora ainda em processo de consolidação, a agroecologia — assim como o próprio fenômeno turístico — é uma prática ancestral que integra educação, ecologia e socioeconomia (BROKENSHA et. al. 1979; NASCIMENTO; CRUZ, 2014). Na contemporaneidade, tem se tornado também um vetor de mobilização turística, tanto em aspectos recreativos quanto educacionais e ecológicos (MESQUITA, 2023).

Diante desse contexto, este trabalho propõe investigar a intersecção entre o ecoturismo e a agroecologia e analisar de que forma, separadamente ou de modo integrado, esses campos tendem a impulsionar a ecologia social (PEDRINI, 2005; DIAS et. al., 2021). Considerando que o ecoturismo é tradicionalmente desenvolvido em Parques Naturais, onde atividades produtivas são restritas (MORSELLO, 2001; PIRES, 2002; COSTA; COSTA, 2009), propõe-se aqui uma abordagem voltada para Parques Urbanos, espaços que há algum tempo vêm incorporando o cultivo ecológico em suas práticas.

Como estudo de caso, será analisado o Parque Madureira, localizado no subúrbio carioca, que integra agroecologia, turismo e lazer em um mesmo espaço, buscando fomentar o desenvolvimento sustentável. Com isso, pretende-se explorar, de forma expositiva e prática, o diálogo entre ecoturismo, agroecologia, lazer e educação ambiental em espaços acessíveis às populações urbanas.

Material e Métodos

Tal qual os campos em discussão (Agroecologia, Ecoturismo e Parques Urbanos), a metodologia aplicada é favoravelmente interdisciplinar. A partir de uma revisão narrativa, é aplicada a triangulação metodológica empregada por meio de um levantamento bibliográfico e documental, atrelado a um estudo de caso historiográfico, objetivando a exposição e diálogo entre os temas.

Segundo Rother (2007) as revisões narrativas são mais amplas, mais apropriadas para discussão e desenvolvimento de determinado assunto. A triangulação metodológica, por sua vez, objetiva a utilização e articulação de múltiplos procedimentos metodológicos. Segundo Veal (2011) a triangulação é comum nas ciências sociais, mas para ser genuinamente triangular, é necessário a aplicação de múltiplos métodos de procedimento. Neste estudo o levantamento bibliográfico, o levantamento documental, a historiografia e o estudo de caso fazem a ponte necessária para a triangulação da pesquisa, trazendo o contexto histórico e as concepções de diversos autores para a discussão e contextualização. Ao fim, também apresentam-se propostas de integração a partir de um estudo de caso exploratório sobre o Parque Madureira.

Ecologia e Suas Descendências

Embora, contemporaneamente, as relações entre humanidade e natureza sejam conflituosas, nem sempre foi dessa forma. Watanabe (2011) explicita que a história dos seres humanos com o mundo natural já foi perfeitamente equilibrada, mas com a crescente exploração da natureza, aos poucos a relação foi tornando-se aversa. Segundo a autora, a relação entre homem e natureza pode ser transcrita em seis estágios.

Quadro 1: Relação entre humanidade e natureza ao longo dos anos.
Frame 1: The relationship between humanity and nature over the years

Estágio	Época	Tempo	Relação
1	Plioceno	5.001.000 a.c	Os primeiros hominídeos do gênero homo (*australopithecus*) viveram em **equilíbrio**. A extração de recursos respeitava o ritmo do meio ambiente natural.
2	Pleistoceno	1.800.000 a.c	O *homo erectus* havia descoberto o fogo e se tornado um predador. Suas ações **perturbavam** o equilíbrio ecológico, mas não geram extinção.
3	Holoceno/ Neolítico	8.000 a.c	O *homo sapiens* passou a **dominar** a natureza, domesticando animais e manejando plantas. Suas ações causaram grandes modificações na paisagem natural.
4	Idade antiga	5.000 a.c	Surgem as civilizações, os homens passam a criar ecossistemas artificiais e **esquecem** do seu lugar na natureza.
5	Revolução Industrial	1760 d.c	Os homens passam a **explorar** massivamente o mundo natural, a velocidade da extração dos recursos naturais passa a superar a capacidade de regeneração.
6	Pós-modernidade	1980 d.c	Domínio do sistema capitalista, com a **destruição** dos ecossistemas naturais e a crise climática, a humanidade passa a buscar alternativas de reequilíbrio.

Fonte: adaptado de Watanabe (2011)
Source: adapted from Watanabe (2011)

Nominalmente a pauta ambiental surge em 1965, na universidade pública de Keele, Inglaterra, durante uma conferência sobre educação (OLIVEIRA; AZZARI, 2022), abordava-se a necessidade de uma educação ambiental para evitar uma crise ecológica. Em 1970 irrompe nos Estados Unidos e Europa diversos movimentos ambientalistas, dos quais sucederam marcos memoráveis como a fundação do Greenpeace (1971), o Clube de Roma (1968), e famosas conferências internacionais tais quais a de Estocolmo (1972), Belgrado (1975) e Tbilisi (1977) (WATANABE, 2011).

Frente a esse cenário, a ecologia passou por um momento de dicotomia ideológica. Iniciada por Ernst Haeckel como um campo das Ciências Biológicas dedicado ao estudo do habitat e sua relação com os seres bióticos (BOFF, 2021), após os manifestos da década de 1970, a ecologia ganhou enormes proporções, sendo objeto de estudo de diversas áreas como, Ciências Sociais, Humanidades e Ciências Agrárias. Segundo Leonardo Boff (2021):

> "[...] O próprio Haeckel possivelmente não (se) deu conta da revolução intelectual que introduziu. Até ele, cada ciência se ocupava de um objeto específico, sem ser relacionado a outros: quem estuda as pedras, quem as plantas, quem os animais, quem o ser humano e etc. É a base da ciência moderna atomizada e dividida em suas especialidades. [...] Haeckel teve o mérito de ter percebido que a ciência não

> pode se ater à análise dos seus objetos de conhecimento tomados em si mesmo, sem relacioná-las à realidade na qual estão inseridos. Ele se deu conta de que para existirem, uma rede de relações liga e religa todos eles. Para entendê-las, precisamos compreender suas relações".
>
> (BOFF, 2021, p. 321)

Após a expansão da causa ambiental, escolas de pensamento ecológico se formaram a partir dos pressupostos idealizados por cada polo. Enquanto um lado se considera preservacionista, por visualizar incompatibilidade entre sociedades humanas e o mundo natural, propondo uma proteção a partir do afastamento, a outra vertente, conservacionista, acredita que é possível um convívio harmônico entre humanidade e natureza, e o uso sustentável é a solução (BOOKCHIN, 2006). Dentro desse espectro dicotômico, segundo Diegues (2008), destacam-se três principais escolas de pensamento: a Ecologia Profunda, a Ecologia Social e o Ecomarxismo.

Quadro 2: Escolas de pensamento ecológico.
Frame 2: Lines of ecological thought.

Viés ideológico	**Escola de Pensamento**	**Breve definição**
Preservacionismo	Ecologia Profunda	Biocêntrica, focada na igualitarização entre seres humanos e outras espécies. Acredita que a intervenção humana na natureza é excessiva e que os problemas ambientais estão diretamente ligados ao crescimento populacional humano.
Conservacionismo	Eco-socialismo/marxismo	Inspirada no marxismo, acredita que os problemas ambientais são fruto do sistema capitalista. Em sua base, prega que, tal qual o proletariado, é inadmissível a exploração predatória da natureza. Vê o Estado como peça central no controle dos meios de produção extrativistas.
	Ecologia Social	Prega que todos os problemas ambientais do mundo contemporâneo tem raízes em problemas sociais, tais quais a desigualdade, a injustiça e a economia predatória. Não vê o estado como solucionador do problema, mas sim a democracia, a conscientização e a descentralização de poder.

Fonte: adaptado de Diegues (2008).
Source: adapted from Diegues (2008).

O ecoturismo, que por sua vez, conceitua-se a partir do tripé: conservação e educação ambiental, sustentabilidade e inclusão social (COSTA; COSTA, 2009), corresponde fortuitamente à escola de pensamento da ecologia social, uma vez que propõe o uso sustentável do ambiente físico/natural, a conservação dos patrimônios naturais e culturais e a inclusão social (RISI, 2013). Até no que tange à descentralização proposta por Murray Bookchin (BOOKCHIN, 2006) — precursor da ecologia social —, mostra-se altamente compatível com o modelo de desenvolvimento turístico

brasileiro, política essa que manifestou-se pela primeira vez através do Programa de Regionalização do Turismo, criada pelo Ministério do Turismo, que segundo o próprio, é "resultado de um processo de planejamento descentralizado e compartilhado, iniciado em 2003, com enfoque em desenvolvimento territorial" (BRASIL, 2013), mas segue presente até os dias atuais nos Planos Nacionais de Turismo (BRASIL, 2024).

Dentre os diversos movimentos ecologistas ascendidos a partir dos anos 1970, destaca-se também o surgimento da agroecologia, prática essa tão antiga quanto o próprio ato de cultivo e colheita. A agroecologia, embora tendo sido reacendida como um movimento social após o período conhecido como "Revolução Verde", na verdade é uma práxis antiga, com aproximadamente 12.000 anos de existência (GUHUR; SILVA, 2021). Supõe-se que o termo "agroecologia" tenha sido cunhado pela primeira vez em 1928 pelo agrônomo russo Basil Bensin, através de sua tese de doutorado "Estudo agroecológico do sistema radicular do milho" (DIAS et. al., 2021), entretanto, ela já era praticada por povos ancestrais na antiguidade. O termo voltou a ser utilizado entre os movimentos de agricultura alternativa dos anos 1970, sendo referenciado como um modelo sustentável e holístico de cultivo.

Assim como o ecoturismo, a agroecologia fortuitamente se vincula à escola de pensamento da Ecologia Social, tendo em sua perspectiva mais do que apenas um cultivo de baixo impacto, mas a harmonização entre o mundo humano e a natureza (DIAS et al., 2021). Atualmente, compreendendo que a causa ambiental é indissociável de políticas sociais, a agroecologia possui uma forte inclinação sociopolítica, preocupando-se com questões relativas ao uso e fabricação de agroquímicos, políticas agrárias, economia justa, bem-estar social e educação popular (LEFF, 2002). Segundo Nascimento e Cruz (2014), seu tripé se estabelece em objetivos econômicos (produção limpa e sustentável e viabilidade econômica), objetivos sociais (sustentabilidade local) e objetivos ambientais (diálogo com a natureza, a Teoria da Trofobiose e o respeito aos limites dos recursos naturais). Seu tripé explicita que o holismo é um fator presente, o que também a pareia ao ecoturismo, que em sua diretriz nacional, objetiva a inclusão (COSTA; COSTA, 2009; BRASIL, 1994), a educação ambiental, a conservação e o bem-estar das comunidades receptoras.

> "Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações."
>
> (BRASIL, 2010, p 17)

Outra afinidade com o ecoturismo se manifesta a partir da educação ambiental empírica, a partir do contato direto com o ambiente (BRASIL, 2010). Desde 1994, após a criação do documento "Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo" pelo IBAMA junto a EMBRATUR, foram elaboradas diversas obras para disseminação da educação ambiental a

partir do campo, destacando-se obras como “Ecoturismo e Educação Ambiental”, de Alexandre Pedrini (2005), “Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo” de Zysman Neiman (2002), e notoriamente, o “Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo” de Américo Pellegrini (2000), que se propõe a introduzir termos técnicos e as correlações interdisciplinares do campo. Na agroecologia, embora um pouco menos academicista — levando em consideração a colaboração de povos tradicionais e famílias rurais — também segue-se o mesmo fluxo. Com contribuições notáveis de Ana Primavesi (PRIMAVESI, 1997), Miguel Altieri (ALTIERI, 1998) e Enrique Leff (LEFF, 2002), com destaque especial para o Dicionário de Educação e Agroecologia (DIAS et. al, 2021), elaborado a partir da contribuição de diversos pesquisadores e publicado pela Fiocruz.

Embora, de fato, haja uma lacuna de conhecimento vigente sobre a intersecção entre ecoturismo e agroecologia em âmbito nacional, na prática, é mais perceptível a interrelação entre os campos. O movimento mais notável que evidencia essa dinâmica é o FESTIVALAE. Criado em 2018, o Festival de Agroecologia e Ecoturismo do Leste Paulista (FESTIVALAE) é um festival sediado na cidade de Valinhos (SP) que unifica atividades agroecológicas com atividades ecoturísticas e culturais no mesmo espaço (FESTIVALAE, 2023). Além do FESTIVALAE, também destacam-se os congressos nacionais da ABA (Associação Brasileira de Agroecologia) que em sua última edição no Rio de Janeiro, em 2023, mobilizou mais de cinco mil visitantes nas feiras e simpósios no centro da cidade (MESQUITA, 2023), propondo educação ambiental, economia solidária e cultura local.

Para além das dimensões físicas, na literatura, os campos também acabam por se entrelaçar, por exemplo, no Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo, onde a agroecologia é apresentada e definida como “Estudo de condições do meio ambiente que envolve elementos abióticos, bióticos e sociopsicoculturais nos agroecossistemas” (PELLEGRINI FILHO, 2000, p. 6). Paralelamente, também no Dicionário de Agroecologia e Educação, o ecoturismo é inserido como um campo adjunto, sendo apresentado como atividade associada a “trilhas ecológicas, observação e a espaços como Unidades de Conservação” (LAMOSA, 2021, p.344). Por fim, no Plano Nacional de Turismo de 2024, no eixo 2, é destacado como meta “fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura” (BRASIL, 2024, p. 51). O que leva a crer que, a carência de estudos apontando as correlações, é apenas uma falha na percepção de pesquisadores ambientais, pois esta intersecção não é um fenômeno novo.

Resultados e Discussão

Na literatura mais convencional (PIRES, 2002; COSTA; COSTA, 2009; PELLEGRINI FILHO, 1993), o ecoturismo é concebido com uma prática ecológica de contemplação da natureza, sempre atrelado a Áreas Protegidas ou matas “virgens”. Neiman (2002) compreende o ecoturismo como um “meio de alcançar o desenvolvimento sustentável das regiões que ainda hoje apresentam importantes conjuntos naturais” (NEIMAN, 2002,

p.168). Para o autor, o fenômeno já nasce com propósitos socioambientais economicistas, sendo direcionado a visitação de áreas com populações humanas, porém ainda bem conservadas, por isso, em sua definição oficial, o "bem-estar das populações" é destacado. Para Pellegrini Filho (1993) o ecoturismo, embora tenha surgido justamente por parte dos próprios viajantes interessados na natureza, há implicitamente um desejo mais inclinado à estética, a valorização da paisagem natural. Pires (2002) pondera que o ecoturismo é nascido de uma convergência de intenções e valores, e por isso, sua concepção variará de acordo com as instituições que o promovem, e esse fato é percebido no fenômeno prévio ao ecoturismo, o turismo alternativo. Para Pedrini (2005) o ecoturismo é indissociável da Educação Ambiental, principalmente no contexto nacional, onde as políticas públicas convergentes, os fundiram tal qual um casamento. Costa e Costa (2009) destaca que, provavelmente, os primeiros ecoturistas do mundo tenham sido os visitantes do Parque Nacional de Yellowstone, e esse fator marcou e moldou profundamente as motivações dessa classe de visitantes.

As ponderações de Costa e Costa (2009) se relacionam diretamente com os estudos de Diegues (2008), no qual o mesmo busca evidenciar a visão romântica, religiosa e mitológica que Henri Thoreau e John Muir desencadearam na sociedade sobre o ambiente natural, os fazendo acreditar que o espaço natural deve ser e permanecer "intocado" pelo ser humano.

Watanabe (2011) reflete que, dentro da educação ambiental, a natureza e o meio ambiente se manifestam de diferentes formas, não somente em parques e reservas. Ela evidencia que o meio ambiente, por exemplo, apesar de sempre ser referenciado como "o mundo natural", na verdade se desdobra oficialmente em cinco tipos de diferentes ambientes[1] (NASCIMENTO; CRUZ, 2014). Pelicione (2004) justifica que a Educação Ambiental se sobrepõe à própria educação, pois sua base teórica determinada na história, tem como objetivo central garantir a sustentabilidade do ambiente e da coletividade. Dias (1992) por outro lado, alega que o conceito de Educação Ambiental sempre variou de acordo com a concepção de meio ambiente de cada época, por isso, este está fadado a uma progressiva mudança de modo paralelo. Sato (2005) argumenta que a Educação Ambiental não deve jamais se dissociar da luta política, pois através desta é que será possível garantir o destino das sociedades. Layrargues (2002) por sua vez, complementa, também evidenciando que além do processo educativo eminentemente político, a Educação Ambiental também deve propor uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos ambientais.

Se a educação ambiental é de fato uma das bases do ecoturismo, este não deveria se limitar somente ao meio ambiente físico, afinal, segundo Pádua (2001) a Educação Ambiental deve gerar novos valores e atingir profundamente indivíduos a ponto de sensibilizá-los e modificar sua percepção de cidadania, e a relação entre natureza e sociedade já não pode mais ser dissociada em dias atuais, pois como concebe Bookchin (2006): "os problemas básicos que colocam a sociedade contra a natureza estão

situados dentro do próprio desenvolvimento social, e não entre a sociedade e a natureza.” (BOOKCHIN, 2006, p.75).

É perceptível que o ecoturismo esteve frequentemente vinculado a áreas protegidas, mas nunca foi delimitado um espaço único para sua prática. E se outros ambientes, além dos parques naturais, emergissem com potencial para estimular a educação ambiental, a sustentabilidade e inclusão, e a conservação da natureza (elementos tidos como as bases do ecoturismo)? Seriam mesmo os Parques Nacionais os únicos espaços hábeis para a prática de ecoturismo?

Os agroecossistemas são ambientes naturais manejados por seres humanos, tal qual um parque (MORSELLO, 2001; ALTIERI, 1998). Sua característica singular se manifesta a partir do cultivo sustentável de diversas espécies vegetais através da consonância deste com o meio ambiente, incluindo ecossistemas limítrofes (como florestas e vales), animais, plantas e os próprios seres humanos (ALTIERI, 1998). Brokensha et. al. (1979) argumentam que os sistemas agrícolas tradicionais (agroecossistemas) surgiram ao longo dos séculos de evolução biológica e cultural humana, eles são resultado de conhecimentos acumulados da experiência da nossa espécie com o meio ambiente de modo puro, sem a utilização de insumos externos, conhecimento científico ou aparatos tecnológicos. Clawson (1985) complementa que uma das características singulares dos agroecossistemas é sua inclinação para diversidade biológica de plantas, geralmente na forma de policultivos ou sistemas agroflorestais. Altieri (1998) defende que agroecossistemas não são sustentáveis apenas dentro de si mesmos, eles conservam também os entornos estimulando a biodiversidade genética de plantas selvagens, silvestres e nativas.

> “Muitos agroecossistemas tradicionais encontram-se em centros de diversidade genética, contendo, portanto, populações de plantas cultivadas locais, variadas e adaptadas, bem como de parentes selvagens e silvestres destas diferentes culturas. [...] Os agricultores tradicionais preservam a biodiversidade não somente nas áreas cultivadas, mas também naquelas sem cultivo. Muitos camponeses mantêm áreas cobertas por florestas, lagos, pastagens, arroios e pântanos, no interior ou em áreas adjacentes aos seus campos de cultivos, suprindo-se assim de produtos úteis como alimentos, fertilizantes orgânicos, medicamentos, artigos religiosos [...]”
>
> (ALTIERI, 1998, p. 23)

No contexto brasileiro, também vale destacar que, assim como as unidades de conservação, que, pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), são divididas de acordo com seus objetivos e políticas internas — como por exemplo: Parques Nacionais (próprios para visitação, preservação de ecossistemas e educação ambiental), Reservas Biológicas (própria para pesquisas, visitações educacionais e preservação da biota) ou Monumentos Naturais (preservação de sítios raros e visita pública) e etc. — há também múltiplos tipos de agroecossistemas e escolas de pensamento

dentro do espectro agroecológico. Cruz e Nascimento (2014) os classificam em 4 principais grupos: agroecossistemas biológicos/orgânicos, agroecossistemas biodinâmicos, agroecossistemas naturais e agroecossistemas permaculturais. Alguns deles tem um foco maior na produção massiva para o mercado nacional a partir de técnicas que não lesem o ambiente, outros, por sua vez, visam a subsistência e os mercados locais, produzindo somente o necessário, objetivando principalmente a harmonia com o habitat e a paisagem.

Quadro 3: Tipos de agroecossistemas.
Frame 3: Types of agroecosystems.

Escolas da Agroecologia e Seus Agroecossistemas				
Tipo	Categoria	Precursor	Características	Princípios
ESG[2]	Biológico/ Orgânico	Albert Howard (Reino Unido) [1930]	- Baixa diversidade biológica, - bases científicas formais, - produtos destinam-se ao mercado nacional	Baseia-se em alto suprimento do solo com matéria orgânica, principalmente húmus, não utilização de adubos artificiais e busca por um consumidor de alto poder aquisitivo sensibilizado com a nutrição precária.
ESG	Biodinâmico	Rudolf Steiner (Polônia) [1920]	- Harmonia entre homem, solo e cosmos, - bases científicas formais, - produtos destinados ao mercado nacional, - alta diversidade biológica.	Oposição à agricultura mecânica e atomista, visa a conexão entre as forças cósmicas da natureza (solo, plantas e animais), busca alcançar a maior independência possível de recursos externos ao agroecossistema.
ECO[3]	Natural	Mokiti Okada (Japão) [1935]	- Alta diversidade biológica, - bases filosóficas e espirituais, - produtos destinados a família ou mercados locais.	Obediência às leis da natureza, acredita que a prosperidade entre os seres vivos é fruto da conservação do ambiente natural. Trabalha com reciclagem e acredita que um solo sadio gera alimentos sadios.
ECO	Permacultural	Bill Mollison (Austrália) [1975]	- Possui alta diversidade biológica, - bases científicas formais, - produtos destinados a autossuficiência e mercados locais, - alta dificuldade de implantação.	Trata-se de um sistema "agrossilvipastoril", que busca integrar lavouras, espécies florestais, pastagens e outros espaços para outros animais, considerando aspectos energéticos e paisagísticos na elaboração e manutenção dos policultivos.

Fonte: adaptado de Nascimento e Cruz (2014) e Altieri (1998).
Source: adapted from Nascimento and Cruz (2014) and Altieri (1998).

A agroecologia que, por sua vez, surge como uma prática alternativa de cultivo a monocultura, recém ascendida pela Revolução Verde[4], possui múltiplas interpretações, mas também possui uma convergência de princípios. Altieri (1998) introduz que o campo é uma nova abordagem integrativa que abarca princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos visando à compreensão e avaliação dos efeitos das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade de um modo geral. Primavesi (1997) pondera que a agroecologia é muito mais do que a abdicação de agroquímicos, e por isso, a partir de sua perspectiva ecológica, a agroecologia se distancia muito da agricultura orgânica, pois, enquanto a agricultura orgânica segue os mesmo passos da agricultura convencional, mas substitui agroquímicos por material orgânico (PRIMAVESI, 2020), a agroecologia deve possuir abordagem integrativa, considerando as necessidades de todas as partes envolvidas.

> "A agricultura ecológica não trabalha somente com as plantas, mas como sistema inteiro solo-planta-clima. Trabalha de maneira holístico-sistêmica. Holístico vem da palavra inglesa "Whole", inteiro. Quem trabalha holisticamente maneja ciclos e equilíbrios. Por isso o combate de sintomas cede à prevenção das causas."
>
> (PRIMAVESI, 1997)

Leff (2001) argumenta que, embora faça-se uso do conhecimento científico, a agroecologia se origina nas experiências produtivas de povos tradicionais, enfrentando a lógica depredadora do modelo produtivo agroindustrial hegemônico. Leff (2002; 2001) também reflete que, motivado pela lógica capitalista, o agronegócio constantemente incita a desnaturalização de agroecossistemas, para que, dessa forma, possa-se explorá-los sem impeditivos legais. No Brasil essa sentença se mostra vigente a partir das leis de proteção ambiental. Por exemplo, a lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 de Áreas de Preservação Permanente, leva em consideração e admite sistemas agroflorestais compreendendo a viabilidade e existência da trofobiose agroecológica (BRASIL, 2012), ou seja, a proteção do meio ambiente por meio manejos ecológicos, visando a produção alimentícia saudável e sustentável. Por outro lado, nos sistemas monoculturais, ecossistemas inteiros são destruídos para instauração de um latifúndio, o que evidencia que a agroecologia diverge profundamente desse modelo e já integra áreas naturais há séculos, tornando-as assim, parte legal do meio ambiente (DIAS et. al., 2021). A ideia de uma natureza intocada, como explicita Diegues (2008), é mitológica e profundamente induzida por vieses religiosos e romancistas. Ao fim, através dos estudos de Primavesi (2002) fica visível que o manejo ecológico de um agroecossistema não é tão divergente do manejo de uma Unidade de Conservação. Mesmo o Parque Nacional de Yellowstone possui vestígios de manejo indígena a partir do cultivo sustentável (DIEGUES, 2008), o que não diminui em nada o seu status de Área Protegida, afinal, conservar significa manter em bom estado, dar continuidade para as gerações futuras (PELLEGRINI FILHO, 2000).

> "Infelizmente, no entanto, a visitação aos espaços preservados não é acessível a todos, e só quem tem recursos financeiros para se deslocar até eles é que pode conhecê-las. O ecoturismo ainda é uma atividade restritiva."
> (NEIMAN, 2002, p. 167)

Historicamente sociedades humanas sempre estiveram em contato com a natureza (WATANABE, 2011), a proximidade de uma civilização a uma área verde não deveria descaracterizá-la como objeto de interpretação/educação ambiental, como Neiman (2002) destaca, as práticas de ecoturismo ainda são altamente excludentes por essa visão reducionista, tornando-se cada vez mais distante de corpos sociais de diferentes classes, o que acaba ascendendo em parques urbanos uma potencialidade ainda pouco evidenciada.

Parques Urbanos: O Parque Madureira (RJ)

Parques urbanos podem ser compreendidos como produtos típicos das cidades modernas, fortemente introduzidos durante a era industrial (MACEDO; SAKATA, 2010). São espaços públicos providos de vegetação e destinados a múltiplos propósitos. Entre seus objetivos, destacam-se o lazer; o esporte; o descanso; os passeios; as manifestações culturais; as atividades educacionais e artísticas; a contemplação paisagística; a prestação de serviços ecossistêmicos; a melhoria na qualidade do ar; a conservação dos atributos naturais nas paisagens urbanas; bem como a arborização e a climatização do espaço (BRASIL, 2019). No contexto brasileiro, essa categoria abrange diferentes gêneros de espaços públicos, como parques urbanos, jardins botânicos e jardins zoológicos (MACEDO; SAKATA, 2010).

Historicamente, os três primeiros parques urbanos do Brasil foram instituídos na cidade do Rio de Janeiro: o Passeio Público (1783), o Jardim Botânico (1808) e o Campo de Santana (1873). Em contraste com suas inspirações europeias — as quais emergiram em resposta à urbanização massiva e à necessidade de espaços públicos para o lazer popular — os parques urbanos brasileiros originaram-se como extensões do espaço contemplativo das elites aristocráticas da época (MACEDO; SAKATA, 2010). Nesse sentido, esses parques não foram concebidos com uma função exclusivamente recreativa, mas com um viés paisagístico associado ao "ambiente natural" ou à interpretação romântica que se fazia deste.

Diferentemente dos Parques Nacionais, cuja proposta está voltada prioritariamente à conservação da paisagem e dos recursos naturais (BRASIL, 2012), os parques urbanos — enquanto criações sociais — apresentam maior dinamismo em sua gestão e usos. Embora, assim como os parques naturais, tenham sua paisagem clássica moldada e associada ao romantismo, os parques urbanos integram maior diversidade recreativa e variações de manejo.

O Jardim Botânico configura-se como uma categoria específica de parque urbano que, tradicionalmente, abriga cultivos diversos, incluindo espécies ornamentais exóticas e plantas alimentícias. Além de seu valor paisagístico, desempenha papel relevante na pesquisa acadêmica e na promoção da educação ambiental popular por meio de espaços interativos e interpretativos (BRASIL, 2024).

Nesse contexto, destaca-se, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Jardim Sensorial — um espaço dedicado ao cultivo de espécies culturalmente emblemáticas para a população, cuja proposta central reside na promoção de uma experiência multissensorial, especialmente por meio de estímulos táteis, olfativos e gustativos. Tal iniciativa visa proporcionar acessibilidade, experiências de descoberta e a evocação de memórias a partir do contato direto com os elementos naturais (BRASIL, 2024).

Por sua relevância histórica, riqueza paisagística e localização privilegiada — nas encostas do Parque Nacional da Tijuca —, o Jardim Botânico é frequentemente considerado um espaço propício para práticas associadas ao ecoturismo, tais como a contemplação da natureza, a educação ambiental, a observação de aves e a realização de trilhas interpretativas (RIO DE JANEIRO, 2022), ainda que esteja oficialmente categorizado como um parque urbano. Adicionalmente, a facilidade de acesso e a oferta de serviços como alimentação, estacionamento e banheiros contribuem para que, juntamente ao Parque Lage, configure-se como um recurso turístico de perfil ecológico, um atrativo ecoturístico em ambiente urbano.

Ao extremo norte da cidade localiza-se o Parque Madureira, um parque urbano linear que ganha relevância à medida que as adversidades ambientais no território se agravam.

A história do Parque Madureira teve início em 2010, com a remoção de uma comunidade agrícola irregularmente estabelecida na área onde hoje se encontra o mesmo (SILVA, 2012). Sua inauguração oficial ocorreu em 23 de junho de 2012, um dia após o encerramento da conferência internacional Rio+20, realizada na cidade naquele ano. O Parque Madureira foi utilizado como um demonstrativo do compromisso da prefeitura com as promessas de sustentabilidade assumidas durante o evento (ALENCAR, 2012).

Inicialmente, o Parque Madureira possuía apenas 93.000 m² de área, mas, com o passar dos anos, passou por sucessivas expansões que o tornaram o segundo maior parque urbano do município do Rio de Janeiro. Apesar do nome, o Parque Madureira ultrapassa, e muito, os limites do bairro que lhe dá nome. Atualmente, com aproximadamente 463.721,43 m² (COSTA, 2024), o parque configura-se como um verdadeiro oásis verde em meio ao empedernimento do subúrbio da Zona Norte.



Figura 1: Vizinhança do Parque Madureira.[5]
Figure 1: Parque Madureira neighborhood.
Fonte: elaborado pelo autor através do Google Maps.
Source: prepared by the author through Google Maps.

Tendo como referência os típicos parques lineares[6], utilizados como ferramentas de reabilitação ambiental (PANIZZA, 2024), o Parque Madureira apresenta-se como um extenso corredor de aproximadamente 4 km, vinculado a diversos bairros emblemáticos do subúrbio, o que o torna um bem valioso para as comunidades locais. Com dezenas de atratividades de cunho esportivo, cultural, recreativo e ambiental, o Parque Madureira também serviu como centro de transmissão para eventos das Olimpíadas de 2016. Devido a isso, boa parte de seu design interno tem como referência o grande evento.

Quanto ao seu apelo ambiental, o Parque Madureira foi o primeiro parque urbano do Brasil a receber o selo AQUA[7] (RIO DE JANEIRO, 2017). Em 2018, estreou o primeiro centro municipal de agroecologia do país, o CEMAPO (RIO DE JANEIRO, 2017); e, em 2021, foi selecionado para o projeto de expansão do Programa Hortas Cariocas (PHC)[8], objetivando instaurar, no espaço, a “maior horta urbana do mundo”, evocando a memória da antiga freguesia rural que se desenvolveu no atual subúrbio (RIO DE JANEIRO, 2022), paralelamente impulsionando a seguridade alimentar e reaproximação com agroecossistemas.

Embora o Rio de Janeiro, enquanto metrópole nacional e maior destino turístico de todo o hemisfério sul, mostre-se como um território relativamente bem conservado — detendo mais de 30% de sua área convertida em unidades de conservação (CAVALIERE, 2021) —, trata-se ainda de uma cidade altamente desigual. A maior parte das áreas verdes e das benesses oriundas do turismo municipal permanece restrita às zonas mais abastadas. O Plano Nacional de Turismo segue, há anos, apontando a necessidade de democratização do acesso e dos benefícios que o turismo pode trazer aos destinos (BRASIL, 2024), visando o desenvolvimento e a justiça social.

Porém, apesar da forte identidade cultural que o subúrbio possui — expressa por meio do samba, do jongo, do movimento *black* e da herança afro-brasileira —, essa região segue à margem dos centros receptivos da cidade. Com aproximadamente dois milhões de habitantes, o subúrbio da Zona Norte abarca a maior densidade populacional do município e diversos patrimônios culturais-históricos. No entanto, também concentra o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a maior escassez de áreas verdes da cidade (RIO DE JANEIRO, 2022).

O ponto de convergência e intersecção deste estudo se mostra na proposta da união entre a agroecologia e o turismo ambiental (ou ecológico, dependendo da interpretação) para instaurar no subúrbio da Zona Norte o primeiro recurso (eco)turístico inclinado à educação ambiental.

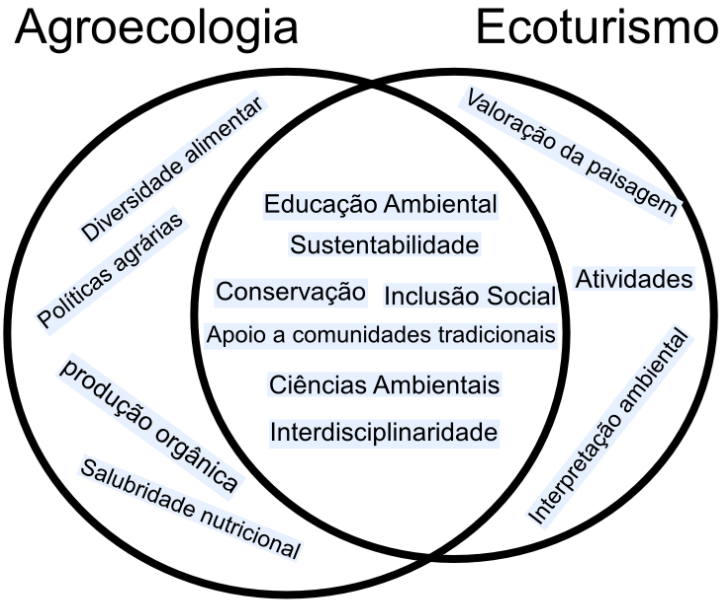


Figura 2: A intersecção entre agroecologia e ecoturismo
Figure 2: The intersection between agroecology and ecotourism
Fonte: elaborado pelo autor.
Source: prepared by the author

A região é marcada por sucessivos projetos fracassados de parques naturais que visavam à restauração ecológica, a manutenção das ilhas de

calor e a conservação da natureza (RIO DE JANEIRO, 2000; RIO DE JANEIRO 2001) que nunca saíram do papel. Por outro lado, embora não anule a necessidade e validade de um primeiro parque natural no subúrbio, o Parque Madureira apresenta a viabilidade ideal para testar a intersecção entre ecoturismo e agroecologia através de suas hortas e centros de educação e eco-cultivo (RIO DE JANEIRO, 2018). Os ambientes classicamente visados como apropriados para o ecoturismo, costumeiramente, não são acessíveis as todas as classes de indivíduos, o que acaba por limitar a atividade aos grupos sociais mais abastados, removendo a característica inclusiva que a prática propõe (COSTA; COSTA, 2009) e convertendo-a em uma variação do turismo de luxo, exclusivo e altamente elitista.

A agroecologia traz a proposta de reconexão da humanidade com a natureza a partir do contato direto (PRIMAVESI, 2002). Uma vez que suas técnicas reclamam um acompanhamento mais meticuloso, a mão de obra humana torna-se indispensável (ROSSET et al., 2014) e assim como os jardins sensoriais, esta também é capaz de agregar educação ambiental e experiência contemplativa ao visitante. Parte dessas atividades até relembram as dinâmicas de turismo rural em hotéis fazenda (BRASIL, 2010), mas nesse contexto, não há ambiente rural ou pecuária, apenas uma experiência agroecológica a partir do contato direto com agroecossistemas. Complementarmente, a agroecologia possui íntima relação com a sensibilização ambiental e a seguridade alimentar, que segundo o relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) são fatores chave para o desenvolvimento sustentável, pois geram um "círculo virtuoso entre a produção de alimentos saudáveis e proteção dos recursos naturais" (FAO, 2015). Em 2013 o ecoturismo também foi destacado como iniciativa essencial para o um futuro ambientalmente equilibrado pela geração de renda e educação ambiental (RISI, 2013). Se o ecoturismo e a educação ambiental são indissociáveis (PEDRINI, 2005), a agroecologia e a educação ambiental tampouco, afinal, sem a percepção holística é impossível concebê-la (PRIMAVESI, 2020).

Considerações Finais

O presente estudo não tem por objetivo esgotar os diálogos conceituais sobre o ecoturismo e suas dimensões, afinal estudos mais completos já foram publicados e permanece sem uma conceituação absoluta. Mas dentre os propósitos, visava-se ponderar sobre o compromisso deste (o ecoturismo) com a educação e a interpretação ambiental, e como, a partir destas, ele vem a se conectar com outras práticas ecológicas conservacionistas. Infelizmente, a ideia de um ecoturismo centrado em Parques Nacionais e áreas de "natureza intocada" o torna, muita das vezes, inacessível ao público menos abastado, o distanciando cada vez mais da inclusão comunitária.

Por outro lado, uma nova interpretação do conceito, pode vir a possibilitar novas atividades e espaços para promoção da consciência

ecológica. A agroecologia, no Parque Madureira, apresenta-se como uma aliada num conjunto de atividades interpretativas, mas em outros parques urbanos, provavelmente, haverão também outras possibilidades integradoras. Os parques urbanos emergem não só como espaços mais acessíveis a natureza, como também apresentam-se como indutores, iniciadores de novos entusiastas ambientais, o que, a longo prazo, poderá validar a criação de novas Áreas de Proteção Integral, uma vez que as massas populacionais, através da interpretação ambiental, venham identificar a validade desse sistema.

Referências

ALENCAR, Emanuel. **Parque põe Madureira na rota da Rio+20.** O Globo, Rio de Janeiro, p. 1-1, 21 abr. 2012. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio20/parque-poe-madureira-na-rota-da-rio20-4707287. Acesso em: 11 mar. 2022.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade (Ufrgs), 1998. 110 p.

BOFF, Leonardo. **Ecologia**. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al. Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular, 2021. Cap. 816. p. 59-72. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2021/11/dicionario_agroecologia.pdf. Acesso em: 07 jan. 2024.

BOOKCHIN, Murray. **Ecologia Social e outros ensaios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 1921- 2006. 139 p.

BRASIL. Congresso. Senado. **Constituição (1988).** Emenda Constitucional nº 186/2008, de 5 de outubro de 1988. . Brasilia: Senado Federal, 5 out. 1988. p. 18-18.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Ministério do Meio Ambiente e Clima. **Jardim Botânico do Rio reabre área para experiências multissensoriais**. ´2024. Disponível em: https://www.gov.br/jbrj/pt-br/assuntos/noticias/jardim-botanico-do-rio-reabre-area-para-experiencias-multissensoriais-nesta-sexta-feira-14. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 961, de 26 de dezembro de 2019. **Dispõe Sobre A Criação, Implantação e Gestão de Parques Urbanos no Distrito Federal e Dá Outras Providências**.. Brasilia, 26 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Industria do Comércio e do Turismo. Governo Federal. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**: grupo de trabalho interministerial. Brasília: Embratur/Ibama, 1994. 48 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. . **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo social no Brasil**. Brasília: Governo Federal, 2021. 48 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Governo Federal. **Plano Nacional de Turismo: 2024-2027**. 5. ed. Brasília, 2024. 88 p. Disponível em:

https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL (Ministério do Turismo). **ECOTURISMO**: orientações básicas. M.Tur, Brasília, v. 2, n. 0, p. 1-96, 2010. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ec oturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. . **O que é o Programa de Regionalização do Turismo?** 2013. Disponível em: https://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26:o-que-e-p-mapa-do-turismo-brasileiro&catid=8&Itemid=316. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. Governo Executivo Federal. **Turismo Rural**: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Mtur, 2010. 72 p.

BROKENSHA, David Warwick et al. **Indigenous Knowledge Systems and Development.** Lenham: University Press Of America, 1980. 460 p.

CIDIN, Renata da Costa Pereira Jannes; SILVA, Ricardo Siloto da. **PEGADA ECOLÓGICA**: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS ANTRÓPICOS NO MEIO NATURAL. Estudos Geográficos, Rio de Claro, v. 1, n. 2, p. 43-52, jun. 2004.

Clawson, DL., 1985. **Harvest security and intraspecific diversity in traditional tropical agriculture**. Economic Botany, vol. 39, no. 1, p. 56-67. http://dx.doi.org/10.1007/BF02861175.

COSTA, Nadja Maria Castilho da; COSTA, Vivian Castilho da. **Turismo e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Cecierj, 2009. 230 p.

CAVALIERE, Eduardo. **Esperança**: o valor da ação climática. In: PAES, Eduardo. Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2021. p. 20-21. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12937849/4337195/PDSCOMPLETO_0406_errata_09062021 compactado.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

DIAS, Alexandre Pessoa et al. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular, 2021. 816 p. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wpcontent/uploads/2021/11/dicionario_agroecologia.pdf. Acesso em: 07 jan. 2024.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental, princípios e práticas**. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Gaia, 1993.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6. ed. São Paulo: Editora Hucitec Nupaub, 2008. 189 p.

FAO (Brasil). Onu. **Agroecologia é a chave para erradicar a fome na América Latina e Caribe, afirma FAO**. 2015. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/70072-agroecologia-%C3%A9-chave-para-

erradicar-fome-na-am%C3%A9rica-latina-e-caribe-afirma-fao. Acesso em: 09 ago. 2021.

FESTIVALAE (Valinhos). Cefol. **O Festival. Festival de Agroecologia e Ecoturismo do Leste Paulista**. Disponível em: https://festivalae.com.br/o-festival/. Acesso em: 02 nov. 2023.

GRÜN, M. . **O Conceito de Holismo em Ética Ambiental e Educação Ambiental**. In: SATO, Michele; CARVALHO, Isabel C.M.. (Org.). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. 1ed.Porto Alegre: ARTMED, 2005, v. , p. 45-50.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina da. **Agroecologia**. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (org.). Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 59-73.

LAMOSA, Rodrigo de A. C.. **Educação Ambiental**. In: DIAS, Alexandre Pessoa. Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 342-348.

LAYRARGUES; P.P. **Crise ambiental e suas implicações na educação**. In: QUINTAS, J.S. (org.) Pensando e praticando a educação ambiental no meio ambiente. 2 ed. Brasília: IBAMA. p. 196. 2002.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, mar. 2002. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/agroecologia_e_saber_ambiental.pdf. Acesso em: 11 set. 2021

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2002. Cap.1. Sobre a articulação das ciências ao diálogo dos saberes (pp. 21-58).

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. 2018 p.

MESQUITA (Brasil). Brasil de Fato. **Congresso Brasileiro de Agroecologia acontece no centro do Rio entre 20 e 23 de novembro**. 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/11/15/congresso-brasileiro-de-agroecologia-acontece-no-centrodo-rio-entre-20-e-23-de-novembro. Acesso em: 15 nov. 2023.

MORIN, Edgar, CIURANA, Emilio-Roger, MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. 120 p.

MORSELLO, Carla. **Áreas Protegidas Públicas e Privadas**. 2. ed. São Paulo: Fapesp, 2001. 344 p.

NASCIMENTO, Alexsandra Sousa; CRUZ, Sandra Maria da Costa. **Agroecologia**. São Luis: Ifma, 2014. 78 p.

NEIMAN, Zyzman. **Meio Ambiente**: educação e ecoturismo. Rio de Janeiro: Manole, 2002. 181 p.

OLIVEIRA, Sandra Aparecida de; AZZARI, Rachel. **Educação Ambiental**: de onde veio e para onde vamos?. de onde veio e para onde vamos?. 2022. SEMIL - Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo. Disponível em: https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/2022/02/educacao-ambiental-de-onde-veio-e-para-onde-vamos/#:~:text=Embora%20h%C3%A1%20muito%20tempo%20j%C3%A1,Keele%2C%20na%20Gr%C3%A3%2DBretanha.. Acesso em: 13 mar. 2025.

PADUA, S. **Educação Ambiental e Participação Comunitária**: chaves para a conservação da biodiversidade. In: ROURE, M. e PADUA, S. (Orgs.). Empreendedores sociais em ação. São Paulo: Cultura Editores, 2001, p. 183-201.

PANIZZA, Ana Cecília. **Parques lineares**: o caminho entre natureza e áreas urbanas. o caminho entre natureza e áreas urbanas. 2024. Disponível em: https://habitability.com.br/parques-lineares-o-caminho-entre-natureza-e-areas-urbanas/#:~:text=Parques%20lineares%20s%C3%A3o%20interven%C3%A7%C3%B5es%20urban%C3%ADsticas,conex%C3%A3o%20dela%20com%20a%20natureza.. Acesso em: 20 maio 2025.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org.). **Ecoturismo e Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2005. 92 p.

PELICIONI, M. C. F. Fundamentos da Educação Ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. Curso de Gestão Ambiental. São Paulo: Manole, 2004.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo**. São Paulo: Manole, 2000. 307 p.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia**: ecosfera, tecnosfera e agricultura. São Paulo: Livraria Nobel S.A, 1997. 203 p.

PRIMAVESI, Ana. (2020) **A política avestruz na agricultura**. Disponível em: https://anamariaprimavesi.com.br/2020/01/27/a-politica-de-avestruz-na-agricultura/. Acesso em: 02 nov. 2023.

PRIMAVESI, Ana. **O Manejo Ecológico do Solo**. São Paulo: Nobel, 2002. 549 p.

RIO DE JANEIRO. Antonio Pedro Índio da Costa. Prefeitura do Rio. **PARQUE MADUREIRA**: estudo de caso em obras públicas sustentáveis. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação (Smuih), 2017. 28 slides, color. Disponível em: http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/atas.nsf/0/a868174d659fbc138325815400653477/$FILE /MKT-EV-EXT-0073-GRAF-R01.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

RIO DE JANEIRO.(2001). **Decreto nº 20723**, de 08 de novembro de 2001. Decreto Municipal Nº 20.723, de 8 de Novembro de 2001.. Rio de Janeiro,

RIO DE JANEIRO, p. 1-7. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/. Acesso em: 02 nov. 2023.

RIO DE JANEIRO. Instituto Pereira Passos. Prefeitura do Rio de Janeiro. **Base de dados do Índice de Progresso Social - IPS por bairros**: município do rio de janeiro - 2022. Município do Rio de Janeiro - 2022. 2022. Planilha. Disponível em: https://ips-riopcrj.hub.arcgis.com/documents/97a1d3ba9c4f4f0c967cbb5cc8738ca7/about. Acesso em: 23 maio 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto Municipal nº 19.144**, de 14 de novembro de 2000. Cria A Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana da Serra da Misericórdia - Ap-3. Rio de Janeiro, RJ.

RIO DE JANEIRO. Riotur. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Jardim Botânico**. 2022. Disponível em: https://riotur.rio/que_fazer/jardimbotanico/. Acesso em: 08 abr. 2025.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima. Prefeitura do Rio de Janeiro. **Seconserma inaugura o primeiro Centro Municipal de Agroecologia e produção orgânica do país**. 2018. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=8033289. Acesso em: 20 maio 2025.

RIO DE JANEIRO. SMAC. . **Chegou a hora da colheita no Parque Madureira, na futura maior horta urbana do mundo**. 2022. Disponível em: https://prefeitura.rio/meio-ambiente/chegou-a-hora-da-colheita-no-parque-madureira-na-futura-maior-horta-urbana-do-mundo/#:~:text=Cultivada%20ao%20longo%20do%20Parque,canteiros%20que%20j%C3%A1%20est%C3%A3o%20prontos.. Acesso em: 08 abr. 2025.

RIO DE JANEIRO. Smac. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima. **ONU inclui programa Hortas Cariocas, da Prefeitura do Rio, na lista de ações essenciais para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2020. Disponível em: https://prefeitura.rio/meio-ambiente/onu-incluiprograma-hortas-cariocas-da-prefeitura-do-rio-na-lista-de-acoes-essenciais-para-alcancar-osobjetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/. Acesso em: 25 maio 2023.

RISI, Marcelo. Un General Assembly: **Ecotourism Key To Eradicating Poverty And Protecting Environment**. 2013. (Diretor de mídia da OMT). Disponível em: https://www.unwto.org/archive/global/press-release/2013-01-03/un-general-assembly-ecotourismkeyeradicating-poverty-and-protecting-envir. Acesso em: 09 set. 2021.

ROTHER, Edna Terezinha. **Systematic literature review X narrative review**. Acta Paul Enferm., v. 20, n. 2, p. v-vi, Feb. 2007.

SATO, M. et all, Insurgência do grupo-pesquisador na educação ambiental sociopoiética, 2005.

SILVA, Laerte Costa da. **Projeto Urbanístico e Impactos Habitacionais**: o caso da implantação do parque madureira, rio de janeiro. 2012. 56 f. Monografia (Especialização) - Curso de Espcialização em Política e

Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ufrj), Rio de Janeiro, 2012.

WATANABE, Carmem Ballão. **Fundamentos Teóricos e Prática da Educação Ambiental**. Curitiba: E-Tec Brasil, 2011. 108 p. Disponível em: https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/659/1a_Disciplina_-_Fundamentos_Teoricos.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 abr. 2025.

Notas:

[1] Meio Ambiente físico/natural, meio ambiente artificial, meio ambiente laboral, meio ambiente cultural e meio ambiente genético (Watanabe, 2011).

[2] ESG: Advindo do inglês (Environmental, Sustainable and Governance), refere-se a empresas e atividades com foco na sustentabilidade, integrando economia, pautas sociais e meio ambiente.

[3] Abreviação para “Ecológico”, refere-se a atividades que visam a harmonia com o ambiente, pouco inclinadas ou desinteressadas à obtenção de lucros.

[4] A Revolução Verde foi o período conhecido pela ascensão da monocultura (1960), caracterizado pelo surgimento de sementes transgênicas, grandes maquinários agrícolas, agroquímicos e muitas pragas. (PRIMAVESI, 1997)

[5] O Parque Madureira, ao longo de sua extensão, cruza 6 bairros (Madureira, Turiaçú, Rocha Miranda, Honório Gurgel, Marechal Hermes e Guadalupe) e é limítrofe a outros 4 (Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Coelho Neto e Barros Filho).

[6] Parques lineares são espaços públicos que, comumente, se instauram nas proximidades de linhas férreas ou rios em zonas suburbanas. O High Line Park (Manhattan, EUA) e o Coulée Verte René-Dumont (Paris, França) são exemplos famosos desse modelo. Coincidentemente ou não, também constituem grandes atrativos turísticos em suas respectivas cidades.

[7] Adaptado do modelo francês, o certificado AQUA é uma certificação ambiental que objetiva construções sustentáveis, essencialmente a partir do uso adequado da água, energia elétrica e baixos impactos sociais. É considerada uma das certificações ambientais mais relevantes no mundo.

[8] Iniciado como um projeto para ocupação de terrenos impróprios para domicilio, o Programa Hortas Cariocas (PHC) é um projeto municipal que propõe a agroecologia no meio urbano. Em 2021 o programa foi laureado pela ONU como medida essencial para o desenvolvimento sustentável.

Agradecimentos

Grato a minha orientadora Clara Lemos, sem sua orientação esse material não se desenvolveria.